

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, BEM-ESTAR E MERCADO DE TRABALHO RURAL BRASILEIRO

ECONOMIC DEVELOPMENT, WELFARE AND THE BRAZILIAN RURAL LABOR MARKET

Twanny Emmanuely Gomes de Oliveira¹

Rita Inês Paetzhold Pauli²

Nathany Gomes da Costa³

RESUMO

Este trabalho e seus desdobramentos sociais perpassam a vida humana desde os tempos mais remotos, sendo atualmente de tamanha importância não apenas pelo papel social que desempenha, mas principalmente pelas dinâmicas de desenvolvimento econômico a ele atreladas. No tocante ao mercado de trabalho e suas transformações, bem como à evolução na qualidade da assistência em saúde, educação, ocupações e remunerações oferecidas ao trabalhador, configuram-se como importante objeto de estudo. Entretanto, vê-se que o tema ainda é pouco explorado no âmbito rural, e nesse sentido este trabalho se propõe a investigar, por meio de uma revisão de literatura, a relação entre o trabalho formal/informal rural brasileiro e os principais mecanismos que integram o bem-estar, o desenvolvimento e a liberdade, tendo como norteador as três dimensões básicas do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e analisando a efetividade desses instrumentos no Brasil. Os resultados demonstram que o país ainda está muito aquém das reais necessidades da sociedade rural brasileira e que será necessário maior investimento em pesquisa, formulação de dados e reavaliação das políticas atuais implementadas no meio rural brasileiro.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho Rural, Desenvolvimento Econômico, Bem-Estar Social.

ABSTRACT

Work and its social ramifications have permeated human life since ancient times. Today, work is so important not only because of the social role it plays, but mainly because of the dynamics of economic development associated with it. Regarding the labor market and its transformations, as well as the evolution in the quality of health care, education, occupations, and remuneration offered to the worker, it is configured as an important object of study. However, we see that the subject is still little explored in the rural environment; and, in this sense, the present work proposes to investigate through a literature review the relationship between Brazilian rural formal/informal work and the main mechanisms that integrate well-being, development, and freedom, taking as a guide the three basic dimensions of the Human Development Index (HDI) and analyzing the effectiveness of these instruments in Brazil. The results show that the

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Universidade de São Paulo, ESALQ/USP. Bolsista Capes. Piracicaba. São Paulo, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3000-5828>. E-mail: twanny.oliveira@gmail.com

² Doutora em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento da Universidade Federal de Santa Maria (PPGED/UFSM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9910-5301>. E-mail: rita.pauli@gmail.com

³ Licenciada Plena em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-8105-3816>. E-mail: nathanyc27@gmail.com

country is still far from meeting the real needs of the Brazilian rural society, and that it will be necessary to invest more in research, data formulation, and reevaluation of the current policies implemented in the Brazilian rural environment.

Keywords: Rural Labor Market, Economic Development, Social Welfare.

JEL: O15, J43, Q12

1. INTRODUÇÃO

O trabalho desempenha papel de destaque na história, tal qual em seus avanços econômicos e sociais. Para Pochmann (2017)⁴, é o principal motor do desenvolvimento humano, definindo não apenas a espécie humana, mas alterando a individualidade, a concepção e a natureza das relações de uma sociedade. Antunes (2008, p. 13) complementa que o trabalho tem sido vital na busca incessante do homem pelo alcance da “dignidade, humanidade e felicidade social”.

Para além das realizações individuais de cada ser, o trabalho e as relações a ele atreladas atuam como motor para o desenvolvimento sustentado das economias globalizadas. Pois como sinalizam Santos et al., (2010), é necessário salientar que grande parte da renda auferida pelos indivíduos é oriunda das atividades laborais por eles desenvolvidas.

Diversas são as transformações e, concomitantemente, os estudos referentes às estruturas ocupacionais, aos rendimentos, às legislações, às políticas nacionais de emprego e renda, entre outros. Destaca-se que embora o movimento seja similar para os países da América Latina, seus elementos são distintos se observadas as diferentes realidades econômicas, a citar México (DURÁN, 2011; HERNÁNDEZ, 2019), Argentina (FREYRE, 2014), Espanha (MENDEZ, 2017) e Peru (BANCO MUNDIAL, 2010). Entretanto, é necessário que novos estudos sejam desenvolvidos, incorporando mudanças estruturais e conjunturais da economia e o incremento gerados por esses na renda do trabalhador rural, preocupação já existente na década de 1970 e citada por Sampaio e Ferreira Irmão (1977).

O Brasil, por sua vez, vem participando ativamente no processo de reestruturações legais e políticas, a exemplo das várias modificações trabalhistas e mecanismos de representação coletiva, tais como: a criação da Justiça do Trabalho e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) entre 1930-1940; as modificações na organização legal do trabalho entre 1960 e início do século XX, como a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Programa de Integração Social (PIS) e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep); e a recente (a partir dos anos 2000) ênfase na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) de 2017 e na Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/2017), por exemplo (IPEA, 2006; OLIVEIRA, 2010; OLIVEIRA, 2019).

Entretanto, evidencia-se que as recentes modificações no mercado de trabalho brasileiro não estão diretamente voltadas às relações laborais de atividades inerentes ao cultivo agrícola e desenvolvimento da terra, uma vez que se torna ainda mais frequente o montante de trabalhadores rurais desenvolvendo atividades não ligadas ao campo, assim como cresce a parcela de atividades agrícolas desempenhadas por trabalhadores urbanos (CAMPOLINA, SILVEIRA & MAGALHÃES, 2009). Ainda assim, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 10% dos postos de trabalho ocupados no Brasil por

⁴ Texto retirado da aula 1 do Curso de Introdução à Economia do Trabalho, Campinas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tILxbVXXIoY&list=PLwRbo9tOZ1PnGf5xrfMXBUsHtVbwZ48EM>, acesso em 8 de setembro de 2020, 13h e 54min.

pessoas de 14 anos ou mais no quarto trimestre de 2020 estavam vinculados às atividades de agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura.

Nesse sentido, este trabalho se propõe a investigar, por meio de uma revisão de literatura, a relação entre o trabalho formal/informal rural brasileiro e os principais mecanismos que integram o bem-estar, o desenvolvimento⁵ e a liberdade, tendo como norteador as três dimensões básicas do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e analisando a efetividade desses instrumentos no Brasil.

2. REVISÃO DA LITERATURA

As subseções deste capítulo apresentam uma breve conceituação de desenvolvimento e suas vinculações com o trabalho em áreas rurais e o bem-estar para as populações inseridas nessas regiões, com enfoque principal na economia brasileira.

2.1 Desenvolvimento humano, bem-estar e liberdade

Entre as teorias que se propõem a compreender o homem e suas necessidades, três elementos têm uma natureza indissociável em tal investigação: o desenvolvimento, a liberdade e o bem-estar. Cada um deles são munidos de mecanismos que abrangem desde necessidades básicas biológicas à autorrealização e ao crescimento pessoal (SILVA *et al.*, 2017).

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o desenvolvimento humano é “o processo de amplificação das escolhas pessoais” que ocasiona na realização do potencial, no aumento das possibilidades e no desfrute das liberdades, sejam elas políticas, civis, sociais e/ou econômicas (PNUD, 2002; SILVA & PANHOCA, 2007).

Como resultado da conjuntura desses componentes, o homem alcança o estado de bem-estar, que pode ser caracterizado por meio de duas teorias: o Bem-Estar Psicológico (BEP) e a teoria econômica-social (*Welfare State*). De acordo com a corrente psicológica humanista-existencialista, o bem-estar agrega “a autoaceitação, a relação positiva com os outros e o ambiente, propósito de vida e o crescimento pessoal” (SIQUEIRA *et al.*, 2007).

Já na vertente econômica, segundo a teoria liberalista que nasceu em 1789 com a declaração dos direitos do homem e dos cidadãos, o estado necessita intervir na vida dos indivíduos para garantir oportunidades iguais, removendo dessa forma as principais fontes de privação de liberdades. (ESPING-ANDERSEN, 1991, SEN, 2000).

Para mensurar tais índices, em conjunto com o primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano pela PNUD em 1990 foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que tinha em sua primeira formulação três dimensões básicas: renda, saúde e educação (KAGEYAMA, 2004). Entretanto, Sen (2018) reformula tais dimensões e considera outros determinantes, como a disposição social e cultural e os direitos civis.

Vale salientar que a renda foi considerada por muitos anos como a principal medida comum de bem-estar, pois a sua privação se relaciona de forma negativa com todos os aspectos envolvidos no desenvolvimento humano. Dessa forma, o trabalho e a liberdade de participar do

⁵ É importante salientar que este trabalho tem em vista analisar o desenvolvimento econômico sob uma perspectiva mais ampla, considerando fatores como renda, emprego e educação como motores para a melhoria dos padrões de qualidade de vida. Dessa forma, é mister que esses elementos são fundamentais para a promoção do bem-estar e liberdade dos indivíduos, embora em alguns momentos os conceitos de desenvolvimento e bem-estar possam assumir significados semelhantes no texto.

mercado laboral se torna um fator condicionante para o alcance dos elementos básicos citados até o momento (ROSENFELD & PAULI, 2012).

2.2 Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Rural

A Teoria do Desenvolvimento Econômico, embora recentemente incorporada à teoria econômica (por volta de 1940), tem desempenhado papel fundamental na formulação e aplicação de políticas macro e microeconômicas ao redor do mundo. O conceito passou por inúmeras modificações conceituais a fim de abranger mais amplamente as necessidades das sociedades modernas.

Para Schumpeter (1985, p. 47), esse foi descrito como “uma mudança espontânea e descontínua [...] que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente”. Furtado (1951), por sua vez, o caracteriza como uma “série de mudanças na forma e proporções como se combinam os fatores da produção”. No entanto, visões mais modernas como a de Todaro e Smith (2015, p. 9) ampliam o conceito de modo a analisá-lo como um processo que visa “melhorar a qualidade de todas as vidas humanas e os laços de capacidade, elevando os níveis de vida, a autoestima e a liberdade das pessoas”.

Amartya Sen (1999, p. 11) vai além em sua concepção sobre o desenvolvimento, atrelando-o à liberdade humana e buscando associá-lo a fatores que se distinguem da visão clássica de crescimento da renda nacional e/ou individual. Sua análise considera que o desenvolvimento econômico requer a libertação daquilo que ele define como “as principais fontes de privação de liberdade”, ou seja, fatores que limitam as oportunidades de inserção econômica e social a maioria da população mundial, a exemplo da pobreza e da intolerância, bem como a negligência estatal no fornecimento de condições básicas para uma existência saudável e feliz, como a falta de acesso à saúde, educação, água, saneamento, moradia, entre outros.

Nesse contexto, dada a expansão do conceito e a esperança da possibilidade de desenvolvimento estimulada em todas as partes do mundo, Navarro (2001) sinaliza que sua extensão para o meio rural foi quase inevitável. Entretanto, o autor busca diferenciar – no campo de estudo sobre desenvolvimento rural – os termos *desenvolvimento agrícola* e *desenvolvimento agrário*, estando o primeiro atrelado exclusivamente à produção agrícola/agropecuária e o segundo se referindo mais amplamente ao ambiente rural em sua completude.

Assim sendo, o desenvolvimento agrícola pode ser compreendido enquanto um dos aspectos relevantes ao desenvolvimento rural, mas não apenas: a busca por análises mais robustas acerca da melhoria das condições sociais, políticas e econômicas para populações não urbanas se configura como principal objetivo desse ramo de estudo. O alcance desses objetivos pode parecer distante ou quase impossível à maioria das economias globais, porém sua busca se torna cada vez mais recorrente e necessária para a melhoria da qualidade de vida humana, independentemente da localidade, região e país.

Segundo Veiga (2001), o processo de rearranjo social entre o meio rural e urbano brasileiro, iniciado no período do Estado Novo, proporcionou uma acelerada diminuição de residentes em áreas não urbanas, levando a projeções de completa extinção das populações essencialmente rurais por volta de 2030. Na contramão do crescimento dos grandes monopólios agroindustriais, estaria a possibilidade de dinamismo e diversificação de economias locais, bem como o potencial de geração de empregos rurais a partir de estabelecimentos agrícolas familiares, possibilidade que foi, por longos períodos, desconsiderada pelas políticas de desenvolvimento no País.

De fato, não diferente do que ocorre no mundo, o meio rural no Brasil vem se urbanizando e as pessoas que lá vivem vêm assumindo outras atividades para além das lides agrícolas, fazendo emergir o trabalho em tempo parcial e a pluriatividade⁶ (SILVA, 1998; SCHNEIDER, 1999). Para Sakamoto *et al.*, (2016), as famílias pluriativas são definidas como aquelas em que há pelo menos um membro ocupado em atividades agrícolas e um em atividades não agrícolas. Diante dessas mudanças, as políticas de desenvolvimento das áreas rurais necessitam de redefinição, uma vez que se o desenvolvimento pressupõe a redução da pobreza, independe se a forma específica de inserção no mercado de trabalho é agrícola ou não agrícola e vai além da variável renda.

Staduto e Kreter (2014) alertam que a questão rural no Brasil se tornou muito mais complexa que antes, devendo ser analisada por abordagens distintas. Também chamam a atenção para as distorções na formação do mercado de trabalho rural impulsionadas pela base de economia colonial ainda presente no setor, bem como para a concentração de poder e renda – o que, segundo os autores, configuraram-se como impedimento ao acesso à terra e a sobreoferta de mão de obra, contribuindo diretamente para os movimentos migratórios rural-urbano e o empobrecimento dessa população. Os efeitos sobre o desenvolvimento rural se exacerbam quando se considera a visão de Hoffmann e Oliveira (2008), que preconiza a ideia de que a parcela de rendimentos provenientes do trabalho assalariado, sobretudo para a população das áreas rurais, atua como o principal meio de contribuição para a diminuição das desigualdades estruturais.

3. MERCADO DE TRABALHO E TRABALHO RURAL

As organizações e sua relação com o trabalho compõem o que denominamos “mercado de trabalho”, termo utilizado pela primeira vez no século XVIII pelo economista clássico Adam Smith e que reúne a ideia de um conjunto de ofertas e demandas que se ajustam em função de um preço que pode ser traduzido como os salários oferecidos (OLIVEIRA & PICCININI, 2011). Evidentemente, com o passar dos anos, o mercado de trabalho sofreu mudanças que tiveram como cerne, de acordo com Ramalho e Oliveira (2013, p. 212), “processos de reestruturação produtiva” e a “introdução de um padrão flexível nas organizações dos processos de trabalho”.

Tais transformações no mundo do trabalho, apesar de terem iniciado e se consolidado no meio urbano, também são verificadas de forma crescente no meio rural. No Brasil, o processo de crescimento de atividades não agrícolas no meio rural está intimamente vinculado à crise na agricultura, o que redundou em alterações profundas nas famílias rurais, aparecimento de novos atores rurais e, principalmente, similaridades entre os mercados de trabalho urbano e rural (BALSADI, 2000).

Verificou-se, portanto, um aumento da diversificação laboral desenvolvida nas áreas rurais a partir da década de 1970, logo após o período em que iniciara no Brasil o processo de industrialização da agricultura e a consolidação dos complexos agroindustriais. Entretanto, o crescente avanço do setor industrial no campo não se mostrou capaz de atenuar as desigualdades no meio rural e criou assimetrias. Na verdade, catalisou o processo de extinção de postos de trabalho e a ampliação da massa de desempregados (OLIVEIRA, 2009).

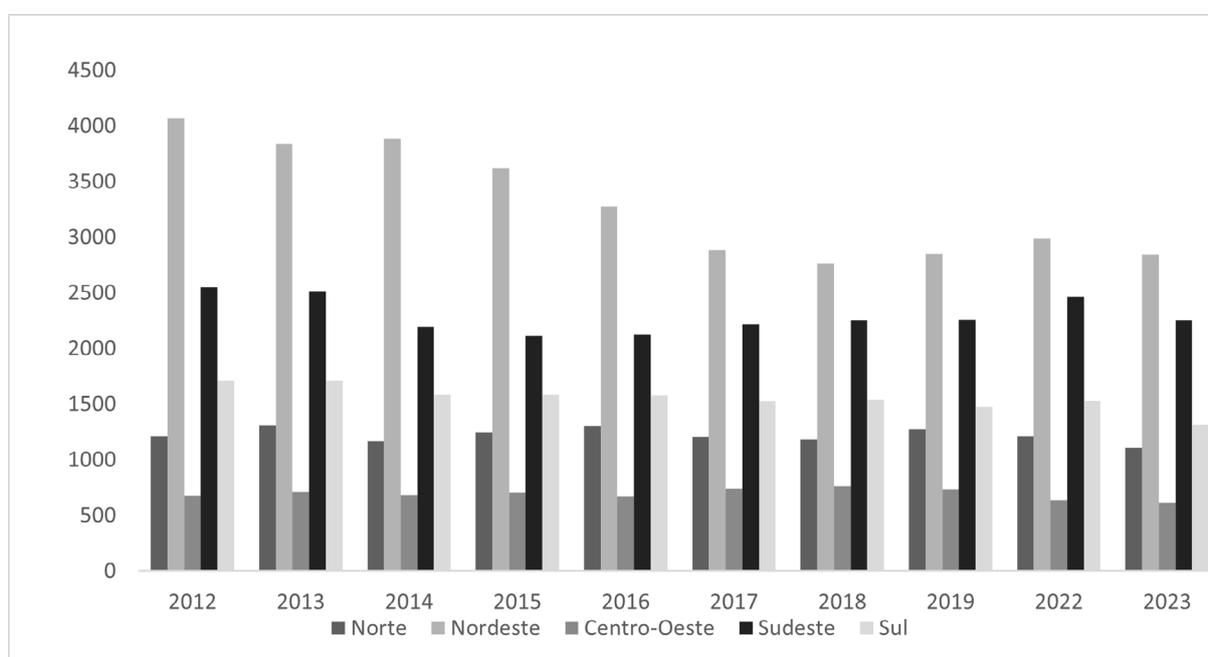
Gasques, Bastos e Bacchi (2018) evidenciam que, embora o Brasil tenha experimentado de forte crescimento da produtividade total dos fatores, inclusive com elevado incremento na

⁶ A compreensão do conceito pluriatividade e suas distintas dimensões é complexa e requer análise mais aprofundadas para o tema. A este tocante recomenda-se leitura de Schneider (2003).

produtividade da mão de obra (conforme salientado por Soares [2008]), observa-se para o período de 1985-2006 um decréscimo no número de trabalhadores ocupados em atividades agrícolas no país e, de mesma sorte, um crescimento no número de trabalhadores que produzem para o autoconsumo.

As previsões do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014) indicavam um declínio acentuado na proporção de trabalhadores empregados em estabelecimentos agropecuários brasileiros, que passaria de 23,4% em 1985 para 8,2% em 2050. Esses dados corroboram com as estatísticas do IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC, 2024), na qual o número de pessoas com 14 anos ou mais em atividades ligadas ao campo diminuiu de 11,39% em 2012 para 8,09% em 2023, conforme a figura 1.

FIGURA 1 – PESSOAS DE 14 ANOS OU MAIS DE IDADE OCUPADAS EM ATIVIDADES VINCULADAS À AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA POR REGIÃO



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 1ª visita

Alguns dos fatores que contribuem para esse rápido declínio estão ligados ao êxodo rural, ao envelhecimento da população camponesa brasileira, à grande concentração de terras, à baixa escolaridade e à modernização agrícola e tecnológica. Teixeira (2005) aponta que, apesar de os processos de modernização terem proporcionado um aumento produtivo no país, esses foram moldados segundo os interesses de determinados setores e têm forte ligação à dinâmica industrial, o que favoreceu a exclusão de parcelas menos favorecidas e escolarizadas da população.

Vale lembrar que o trabalhador rural (assalariado ou autônomo) no Brasil ainda é confundido com o pequeno agricultor, mesmo estando vinculado, em sua maioria, diretamente a alguma modalidade de contratação mediada pelo mercado de trabalho formal. Assim, as ocupações agrícolas estão fortemente atreladas às dinâmicas mercadológicas regional e/ou local, nem sempre recebendo a atenção e importância necessária no que tange à heterogeneidade estrutural desse setor (BUAINAIN e DEDECCA, 2008; POCHMANN, 2015).

Após sumarizadas as linhas gerais da dinâmica do mercado de trabalho rural e do trabalho rural brasileiro, busca-se apresentar na próxima subseção alguns elementos acerca das perspectivas para mercado de trabalho, bem-estar e desenvolvimento do meio rural brasileiro.

3.1 Trabalho Rural e Bem-Estar

Del Grossi e Graziano da Silva (2006, p. 202) evidenciam que a delimitação de áreas urbanas e rurais convém às leis de cada município. Para os autores, “o rural é definido como uma categoria residual das áreas urbanas”. Uma pesquisa realizada pelo DIEESE (2014) evidenciou um decréscimo para a proporção da população brasileira rural, saindo do patamar de 63,8% em 1950 para os estimados 8% em 2050, tal qual o contingente de trabalhadores rurais ocupados, que pode chegar a apenas 8,2 milhões. Vale também ressaltar que:

“O aumento do contingente de agricultores familiares em ocupações para o próprio consumo, em detrimento dos ocupados como “conta própria”, merece atenção, uma vez que pode estar havendo migração dos pequenos produtores com baixas condições econômicas para uma situação de subsistência, ao mesmo tempo em que as grandes propriedades avançam sobre as pequenas, reduzindo a ocupação de “conta própria”. A questão social, nesse aspecto, pode ficar comprometida, com a piora nos índices de concentração de riqueza e renda e o conseqüente crescimento da pobreza rural, em um contexto de dificuldades crescentes de implementação de uma reforma agrária nos moldes requisitados pelos movimentos sociais” (DIEESE, 2014, p. 9).

Portanto, aponta-se para uma crescente redução da oferta de empregos, bem como a diminuição da remuneração do trabalho e a precarização desses como possíveis agentes catalisadores no processo de enfraquecimento do mercado de trabalho e, conseqüentemente, empobrecimento da população rural brasileira.⁷

Buainain e Dedecca (2008) salientam que o mercado de trabalho agrícola possui tamanha importância para o futuro da sociedade brasileira, apesar da não priorização das políticas públicas nacionais em questões a ele associadas. Nesse contexto, a introdução do *modus operandi* capitalista de produção no setor agrícola teria proporcionado o fornecimento de alimentos e de mão de obra de baixo custo à estrutura econômica urbano-industrial. Esse processo é ratificado e impulsionado pelos mais de 100 anos de atraso na concessão de direitos ao mercado de trabalho livre por meio da CLT em 1942, e da retomada da regulação do trabalho agrícola nos anos 1970.

Ainda que modificações tenham se dado ao longo das décadas, esse quadro estrutural, tanto na indústria quanto na agricultura, está impondo à sociedade brasileira uma “adequação criativa” ao novo mundo do trabalho. A resposta ao conjunto de transformações sofridas pela agricultura e pela indústria nas últimas décadas se traduz em uma saturação dos empregos de natureza industrial e agrícola, de tal modo que se percebe a proliferação de atividades não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil, revelando a capacidade criativa e adaptativa da sociedade face às condições impostas pelos novos tempos (NASCIMENTO, MENDES, SOUTO & OLIVEIRA, 2008, p. 2).

⁷ Movimento similar ao de países vizinhos, conforme destacado por Brumer (2003), ao afirmar que os programas econômicos seguidos pelos países latino-americanos têm causado a intensificação das diferenças sociais, tal qual a diminuição do bem-estar geral. Arelado a esse cenário, a crescente dívida externa se tornou impeditiva à capitalização e ao desenvolvimento econômico sustentado. Desse modo, a trajetória do mercado de trabalho rural na América Latina como em um todo tem sido marcada por um enorme redesenho tecnológico e governamental ao longo do século XXI.

Em muitos casos, a saída criativa para manutenção da renda familiar dos trabalhadores das áreas rurais foi desenvolver atividades em ocupações não-agrícolas, ou como se pode denominar, “pluriativas” (NASCIMENTO, MENDES, SOUTO & OLIVEIRA, 2008). Nesse sentido, as famílias rurais se atrelam quase que diretamente às dinâmicas mercadológicas e de atividades trabalhistas, que são rendas e ocupações tipicamente urbanas.

Assim, as transformações ocorridas e dinâmicas laborais no meio rural têm revelado ainda mais profundamente a heterogeneidade das relações de trabalho no campo. Valadares, Galiza e Oliveira (2017, p. 97) evidenciam que:

“Em 2015, existiam cerca de 13,5 milhões de trabalhadores em atividades agrícolas, dos quais mais de dois terços eram agricultores familiares, atuando na posição de conta própria, autoconsumo ou trabalho não remunerado. Entre os 3,9 milhões que estavam inseridos em relações assalariadas (empregados), apenas 40% tinham carteira de trabalho assinada. Em outras palavras, somente 12% do contingente de ocupados em atividades agrícolas tinham empregos formais.”

Na prática – baseada na realidade de interposição e sobreposição das categorias ocupacionais entre rural e urbano – as famílias rurais sofrem duplo impacto negativo, como o acesso desigual à terra para o cultivo familiar e posterior venda do excedente, além das precárias relações de trabalho às quais estão expostos os trabalhadores urbanos. Isso ocorre pois, em períodos de safra, esses trabalhadores (ver Lei nº 11.718/2008) tendem a desenvolver atividades agrícolas com vínculo empregatício temporário (VALADARES, GALIZA E OLIVEIRA, 2017).

Destaca-se ainda a polarização dicotômica, na qual de um lado se situam os grandes conglomerados empresariais (extensas propriedades rurais) e de outro as pequenas organizações (em muitos casos formadas por cooperativas e/ou assentamentos agrários). Ambos perfazem trajetórias distintas, impossibilitando a existência de *farmer* ou mesmo de um *farming market* coeso e capaz de proporcionar capacitação e possibilidades de alcance do bem-estar social para as populações rurais, e tampouco a manutenção dos pequenos negócios rurais (BUAINAIN E DEDECCA, 2008). Portanto, há a necessidade de as políticas nacionais assumirem um enfoque claro e integrador entre setores agrícolas e não-agrícolas que se utilizem de mecanismos econômicos e sociais, visando a promoção de um modelo de desenvolvimento rural que possibilite melhores condições de vida, emprego e renda (BALSADI, 2001).

Manso, Barreto e França (2010, p. 440), em seus estudos sobre o mercado de trabalho brasileiro amplo, complementam que a promoção de políticas públicas educacionais tende a ser o “caminho mais indicado para redução das desigualdades intra e inter-regional, tanto no sentido da renda como na aproximação do bem-estar social”. Porém, algumas especificidades das últimas décadas, tal como a modernização e automação crescente das atividades laborais e as modificações demográficas (principalmente no campo), põem em xeque a possibilidade de provisão do bem-estar social impulsionado apenas por investimentos em educação (MATTEI, 2015).

3.1.1 Trabalhador Rural, Saúde e Superexploração da força de trabalho

A saúde do trabalhador rural é condicionada por diversos fatores, talvez mais relacionados à produção do que ao consumo. Obviamente, as consequências se vinculam ao tipo de tecnologia adotada nos processos produtivos e à especificidade do trabalho rural, muitas vezes penoso, em grande medida vinculado à exploração da mais-valia absoluta. Tal grupo

social pode sofrer com enfermidades relacionadas à atividade física intensa e à exposição à substâncias tóxicas devido a criação e o licenciamento frenético de produtos utilizados para combater pragas agrícolas (MENEGAT & FONTANA, 2010; MOREIRA *et al.*, 2015).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada ano são registradas 20 mil mortes decorrentes do manuseio indevido e do consumo direto ou indireto de agrotóxicos, e o Brasil se tornou um dos líderes mundiais no consumo de agroquímicos e fitossanitários nas últimas décadas. Mesmo com tais dados, infelizmente há uma escassez de estudos que demonstrem as condições gerais da saúde dos trabalhadores agrícolas (FARIA *et al.*, 2006; INCA, 2019; MOREIRA *et al.*, 2015).

Além de problemas físicos, Dimenstein *et al.*, (2017) ressaltam que a saúde mental dos trabalhadores rurais também é negligenciada. Em seu estudo, foi verificada uma associação entre transtornos mentais e fatores como o estresse na produção e condições de vida (geralmente precárias) que conjuntamente fomentam e/ou perpetuam o ciclo da pobreza, consequentemente ampliando o isolamento e a imobilidade social.

Delgado (2012) mostra que as evidências empíricas vêm revelando uma exacerbação de dois aspectos cruciais e limitadores do desenvolvimento no país pós 2.000, decorrentes de uma dupla superexploração: (1) do trabalho; e (2) dos recursos naturais. Com relação ao trabalho, o aumento produtivo vem ocorrendo a partir de ganhos de produtividade do trabalho nas áreas em que já existe uma agricultura consolidada (DELGADO, 2012). No caso brasileiro, é a expansão da demanda externa o fator causal do aumento da produtividade, e não o progresso técnico, resultando em forte pressão para o aumento da intensidade de exploração da mão-de-obra e dos recursos naturais (DELGADO, 2012). Mesmo com a existência de uma legislação focada na regulamentação e promoção à saúde desse grupo, o que se observa é a incúria e falta de políticas públicas, para além da inadequação dos equipamentos de saúde. No âmbito da saúde mental, a inexistência de diretrizes gera uma demanda particular não atendida até o momento (FARIA *et al.*, 1999; LEITE *et al.*, 2017).

Outro grande desafio que o Brasil enfrenta e que está intimamente ligado à superexploração do trabalho é o aumento do número de casos e resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão. De acordo com o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas, foram resgatados 2.104,7 mil trabalhadores entre 1995 e 2023, com destaque para o período de 2017 a 2023, quando os casos saltaram de 640 para 3.238. Dos resgatados, 66% são negros ou pardos. Pelo menos 90% não concluíram os estudos até o ensino médio, com um perfil predominante de homens jovens. A situação é ainda mais grave para os trabalhadores rurais, uma vez que cerca de 75% dos casos estão relacionados aos setores econômicos ligados à atividade agropecuária do país.

Além disso, há grande presença de trabalhadores negros e pardos no setor, uma população que já sofre com o racismo estrutural no Brasil. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados revelam que cerca de 45% dos trabalhadores formais em atividades agropecuárias são negros e pardos, o que representa mais de 60% nas regiões do Norte e Nordeste. Além dos problemas gerais enfrentados por eles, a maioria está mais propensa a receber salários menores e à exposição a condições de superexploração do trabalho.

3.1.2 Trabalhador Rural e Educação

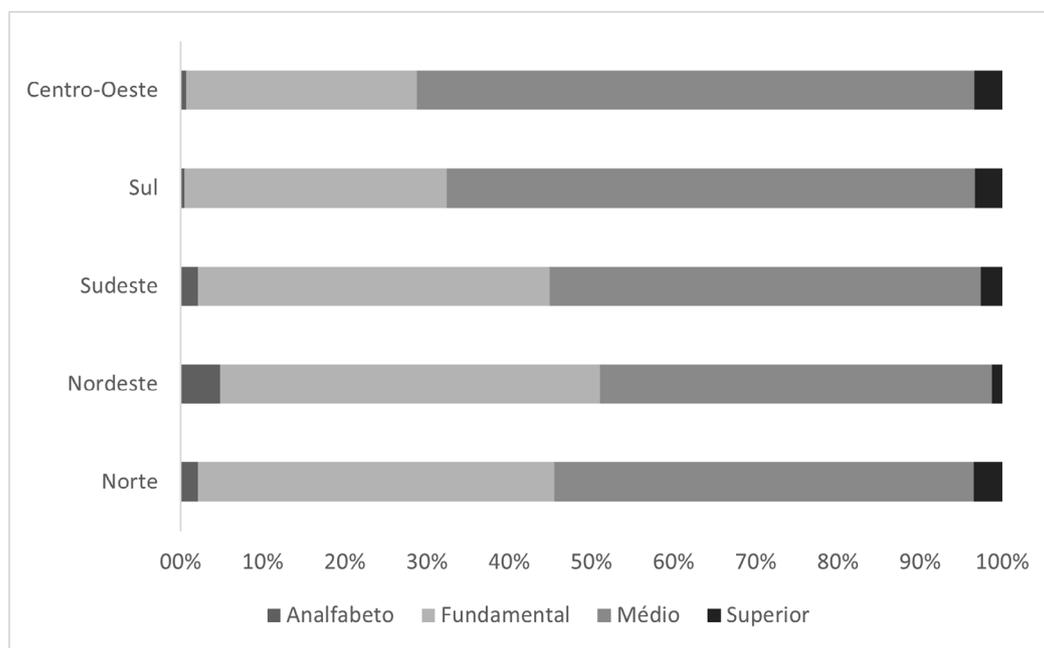
No âmbito rural, até meados do século XX, a educação dos habitantes do campo era orientada por concepções pedagógicas que tinham como objetivo fixar o indivíduo à terra –

também denominado pluralismo pedagógico. A partir da década de 1950, tais práticas foram remodeladas com o intuito de modernizar o trabalhador e o morador do campo, preparando-os para as novas condições do mercado de trabalho e para as transformações econômicas, sociais e culturais no pós-guerra (SOUZA, 2010).

O processo de criação e ampliação das iniciativas pedagógicas em Educação do Campo, que durou quase duas décadas, atualmente está ameaçado devido ao corte de recursos que tem levado à interrupção desses programas. Com a instituição da nova Política Nacional de Alfabetização (PNA) em 2019, o que se observa é que, mesmo com a diminuição do déficit entre alfabetizados rurais e urbanos, as propostas voltadas para o primeiro grupo nos remetem às antigas pedagogias e fazem ressurgir problemas como a estagnação da classe trabalhadora e novos cenários de êxodo juvenil rural (MEDEIROS, 2019; MORTATTI, 2019; BEZERRA NETO, 2003).

A quantidade e qualidade de melhores práticas educacionais e dos anos dedicados aos estudos estão diretamente ligadas à redução da jornada de trabalho e à realização de atividades laborais tecnológicas, possibilitando melhor atendimento para as diferentes necessidades e realidades rurais abrangidas no país. Isso pode influenciar diretamente em um incremento da renda dessas populações. (LUTHER & GERHARDT, 2019; MENEGAT & FONTANA, 2010). Salienta-se, entretanto, que o cenário atual ainda se mantém aquém dessas demandas e possibilidades de avanço, vide figura 2.

FIGURA 2 – GRAU DE ESCOLARIDADE DOS TRABALHADORES EMPREGADOS EM ATIVIDADES VINCULADAS À AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 2023.

Dessa forma, é possível notar que, apesar de considerar apenas os trabalhadores formais, o nível de escolaridade dos trabalhadores rurais brasileiros não reflete os progressos técnicos e produtivos do setor agrícola nos últimos anos. Considerando as diferenças regionais, apenas o Sul e o Centro-Oeste apresentam um percentual de analfabetismo entre a força de trabalho inferior a 1%. Em geral, o Nordeste apresenta as menores taxas nos níveis médio e superior,

47,7% e 1,3%, respectivamente, e os maiores números de analfabetos e com ensino fundamental, 4,8% e 46,2%, respectivamente. Esse cenário demonstra o grande desafio enfrentado pelo país não somente no incremento do capital intelectual, mas também na capacidade de proporcionar a milhares de cidadãos uma perspectiva de vida mais justa e inclusiva.

3.1.3 Trabalhador Rural e Renda

A zona rural nacional foi modificada em sua composição nas últimas décadas, com a agregação de atividades não-agropecuárias. O agronegócio é um dos principais fatores que levaram ao desenvolvimento de atividades secundárias. O uso intensificado de tecnologias por parte desse teve como consequência principal a diminuição na oferta de trabalho e na renda. Ao analisar os dados históricos de rendimentos mensais das atividades agrícolas, é possível notar as diferenças de remuneração em relação à média de todas as atividades econômicas, bem como as diferenças entre as regiões do País, conforme demonstrado na Tabela 1.

TABELA 1 – RENDIMENTO MÉDIO HABITUAL MENSAL DO TRABALHO PRINCIPAL (R\$/MÊS) DAS ATIVIDADES DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA POR REGIÃO

Ano	Rendimento médio habitual mensal do trabalho principal (R\$/mês) Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura						
	Brasil	Região					Total
		Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
2012	2,718.0	1,212.0	740.0	2,532.0	1,787.0	2,469.0	1,491.0
2013	2,813.0	1,259.0	779.0	2,804.0	1,845.0	2,692.0	1,604.0
2014	2,910.0	1,200.0	852.0	2,917.0	2,024.0	2,853.0	1,679.0
2015	2,794.0	1,231.0	737.0	2,598.0	1,995.0	2,601.0	1,570.0
2016	2,805.0	1,115.0	751.0	2,543.0	1,949.0	2,617.0	1,551.0
2017	2,784.0	1,207.0	756.0	2,643.0	2,136.0	2,554.0	1,665.0
2018	2,842.0	1,364.0	741.0	2,643.0	2,059.0	2,710.0	1,705.0
2019	2,827.0	1,219.0	777.0	2,752.0	2,195.0	2,555.0	1,701.0
2020	2,935.0	-	-	-	-	-	1,806.0
2021	2,758.0	-	-	-	-	-	1,687.0
2022	2,700.0	-	-	-	-	-	1,787.0
2023	2,890.0	1,537.0	876.0	3,270.0	2,104.0	2,905.0	1,814.0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de primeiras visitas, exceto 2020-2022, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de covid-19.

A região Nordeste apresenta uma situação mais crítica em relação às outras, não apenas concentrando os menores rendimentos médios como também o maior número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas no Brasil, seguida pela região Norte. Fatores históricos, como as condições naturais favoráveis, os elevados investimentos em infraestrutura, a imigração e o desenvolvimento de políticas agrícolas, contribuem para o aumento dos rendimentos nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Além disso, é nelas que está concentrado o maior número de trabalhadores qualificados nas atividades relacionadas à agropecuária brasileira.

Tais dados corroboram com o estudo realizado para os anos de 2009 e 2015 por Cruz (2018). Nele, a autora sinaliza uma crescente disparidade entre os rendimentos de atividades agropecuárias e não agropecuárias, de forma que, além das diferenças inter-regionais (com destaque de maiores ganhos para as regiões Nordeste, Sudeste e Norte), a média salarial das atividades não agropecuárias supera a das atividades agropecuárias nesse período.

Entre as principais atividades desempenhadas pela População Economicamente Ativa (PEA) rural não agropecuária em 2009 e 2015, quase 10% estavam concentradas na indústria de transformação. Em 2009, os setores de comércio, serviços domésticos e construção civil concentravam cerca de 22% de todas as ocupações desse grupo. Já em 2015, houve um crescimento significativo do setor de serviços domésticos (quase 15% do total), seguidos dos setores da indústria de transformação, comércio e construção. Juntas, essas ocupações concentraram 60% de todos os empregos não agropecuários brasileiro.

Sakamoto *et al.*, (2016) salientam que, entre os anos de 2001 e 2013, houve um acréscimo de 580 mil domicílios rurais com pelo menos uma pessoa ocupada no mercado de trabalho formal; sendo as famílias não agrícolas responsáveis por 26,5% do total dos domicílios em 2013. Nota-se que as ocupações não-agrícolas passaram a se destacar no meio rural e permitiram que a queda na renda familiar nesse meio não fosse tão expressiva, promovendo um crescimento não apenas do *part time farming* como também do grupo denominado “pluriativo” no contexto do desenvolvimento rural brasileiro. Em 2013, essas famílias já representavam 18,3% do total de domicílios brasileiros (SAKAMOTO *et al.*, 2016).

Para Del Grossi e Graziano da Silva (2006), o progresso tecnológico contínuo na produção agropecuária corrobora para a simplificação das atividades agrícolas. Essas atividades acabam requerendo menos mão-de-obra para as mesmas atividades, e os trabalhadores se ajustam às novas dinâmicas para auferir renda em ocupações não agrícolas.

Em diferentes estudos, tais como os de Schneider *et al.*, (2006) e Fantinel *et al.*, (2019) as famílias pluriativas apresentavam melhores condições em relação a obtenção de bens de consumo quando comparada às famílias tradicionais, devido a renda extra gerada pela venda de excedentes e um maior acesso a formação educacional, sendo o único grupo a chegar na modalidade superior de ensino. Esses e outros fatores são considerados como potencializador do meio rural e principal mecanismo para o desenvolvimento de tais áreas em ambos os trabalhos. Adicionalmente, Sakamoto *et al.*, (2016), mostra que em 2013 a renda média das famílias pluriativas superou em 56% a das famílias não agrícolas e em 69% as famílias agrícolas. Porém, como já exposto anteriormente, esse grupo ainda é minoritário entre a parcela de trabalhadores rurais no Brasil.

4. DESAFIOS E PERSPECTIVAS: NOVOS RUMOS PARA MERCADO DE TRABALHO RURAL BRASILEIRO

O Brasil ainda apresenta sérios problemas na produção sustentável de alimentos e na renda dos trabalhadores rurais, apesar de avanços já obtidos dado o desenvolvimento histórico da agricultura brasileira, que foi assolada por um processo de desindustrialização e uma condição de reprimarização da pauta exportadora ao mesmo tempo, especialmente a partir dos anos 2000 decorrente da desvalorização cambial de 1999 (DELGADO, 2012). Além da falta de investimento em qualificação profissional e em projetos de extensão rural, as condições fornecidas pelo poder público concernentes a comunicação, saúde, educação, infraestrutura de transporte e outros atuam como impulsionadores das dificuldades encontradas nesse meio.

Ademais, soma-se ao segmento específico dos trabalhadores rurais assalariados a permanência desses longe de suas famílias, submetidos à baixa remuneração, a pouco ou nenhum respeito aos direitos garantidos e às péssimas condições de moradia e subsistência, agravadas ainda pelo desrespeito de alguns empregadores à importância das atividades desenvolvidas por seu funcionários e ausência de punição deles no descumprimento das leis vigentes.

Considerando a evolução da década anterior, Oliveira (2009) destaca que, além da perda considerável do número de vagas geradas na agropecuária brasileira, não teria se observado um avanço expressivo no que tange à evolução educacional dos trabalhadores entre as décadas de 1990 e meados dos anos 2000. O autor ressalta que ainda se verificaria um elevado índice de contratação temporária, dada a sazonalidade existente na maior parte da atividade agropecuária.

Mattei (2015, p. 49) salienta quatro grandes blocos de tendências observáveis para as atividades laborais agrícolas no Brasil, sendo eles: (1) processo produtivo, que é a continuidade das incorporações tecnológicas, bem como da redução dos níveis de empregos tanto no âmbito do assalariamento quanto na agricultura estritamente familiar; (2) comportamento PEA, que diz respeito à tendência de decréscimo elevado da PEA Agrícola, não sendo compensada pela PEA Rural impulsionada em grande escala por atividades não agrícolas; (3) perfil do trabalhador rural, com redução da participação de mulheres e jovens no total de ocupações essencialmente agrícolas; e, por fim, (4) vetores regionais, ou seja, tendência de continuidade do perfil empregos agrícolas assalariados nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, perante o avanço dos sistemas de produção familiar no Norte, Nordeste e Sul do País. Ressalta-se ainda que tais tendências estão diretamente ligadas a um movimento de expansão da agropecuária, dada a inflexão recente do mercado internacional de *commodities* agrícolas.

Alentejano (2003) destaca desafios ainda maiores para o desenvolvimento do meio rural brasileiro, mostrando algumas alternativas capazes de promover avanços futuros. Entre elas:

- a) estímulo de operatividade e solidariedade entre produtores, assentados e população rural;
- b) criação e/ou aplicação de modelos sustentáveis que garantam incremento da renda, para satisfação das necessidades dos trabalhadores, sem degradação desenfreada do meio ambiente;
- c) confisco para terras que se utilizam de mão-de-obra escrava, trabalho infantil e ilegalidades laborais;
- d) proibição da venda de terras a especuladores e latifundiários, assim como punição para os casos em que as mantenham improdutivas;
- e) estabelecimento de limites máximos para aquisição de terra, visando maior distribuição da renda e da riqueza dela provenientes;
- f) reavaliação do modelo vigente de titulação de propriedades, realizado unilateralmente pelo governo brasileiro.

Por meio dessas propostas, o autor acredita que o debate fundamental acerca da reforma agrária teria que se tornar prioridade na gestão do Estado brasileiro, de modo a se constituir como objetivo central na construção de um novo ordenamento do território brasileiro na direção da democracia, da cidadania, da justiça social e da sustentabilidade ambiental. Enfim, na construção de uma nova sociedade pautada pela solidariedade, pela cooperação e pelo bem-estar coletivo (ALENTEJANO, 2003).

Não obstante os desafios pautados para o setor agrícola/meio rural no Brasil e no mundo, o cenário atual impõe novos paradigmas e oportunidades. Ainda que as projeções se mostrassem

positivas para 2020 e 2021, Kreter e Souza Junior (2020) alertaram para os impactos econômicos e sociais ainda pouco conhecidos – tanto no mercado interno quanto na demanda externa –, dada crise pandêmica instaurada a partir surgimento do SARS-CoV-2, vírus causador da covid-19.

A Oxfam Brasil aponta para uma expectativa de piora substancial nas condições de vida dos trabalhadores rurais em todo mundo, principalmente em países subdesenvolvidos como o Brasil. O impedimento no alcance dos meios necessários à “subsistência para agricultores familiares, bem como a interrupção ou diminuição da produção de muitas cadeias de alimentos devido a medidas introduzidas globalmente para conter o Corona Vírus”, trarão impactos quase irreversíveis para essa parcela de trabalhadores temporários (safristas).⁸ Concomitantemente, durante esse período, o papel dos setores ligados à alimentação se revela mais importante a cada dia, mesmo sem a devida atenção da sociedade e do poder público.

Há também a uma preocupação com dados direcionados a essas populações e atualização daqueles já existentes, como é o caso do Censo Demográfico, em atraso no país desde 2020 e ainda sem previsão de realização,⁹ visto que a falta de dados prejudica e, por vezes, pode inviabilizar a criação e implantação de políticas públicas de desenvolvimento, bem como o combate à pandemia do covid-19 (GUERRA & RIOS-NETO, 2021).

Silveira *et al.*, (2016) alertam sobre a escassez de estudos que proponham avaliar os impactos das políticas, em variáveis-chave como pobreza, nível de consumo, frequência escolar e desigualdade, voltadas a sociedade rural, assim como a insuficiência de políticas previdenciárias e assistenciais para esse público. A carência bibliográfica sobre os investimentos governamentais e seus impactos sociais com foco na população rural também chama a atenção dos autores. Reside aí a importância do fomento e financiamento para pesquisas dessa natureza, bem como maior abrangência das políticas sociais, de modo a integrar o rural e o urbano.

Algumas soluções encontradas pela China para a diminuição das enormes disparidades regionais e tecnológicas no País passam por interiorização tecnológica, investimentos em agroenergia, inclusão da população rural como prioritária no planejamento de desenvolvimento em diversos eixos econômicos, redução da pobreza, entre outros (MONTE, LOPES & CONTINI, 2017; HIRATUKA, 2018).

Navarro (2001), por sua vez, ressalta que o principal desafio para o desenvolvimento rural brasileiro e, conseqüentemente, para a melhoria das condições de vida e trabalho no campo é o caráter político e ideológico excludente e desigual, enraizado na sociedade brasileira a partir da introdução do modelo de acumulação capitalista vigente.

Por certo, muitos são os desafios enfrentados pelo meio rural, assim como as soluções apontadas na literatura (não apenas econômica) são complexas e exigem uma agenda coesa que dificilmente será alcançada sem a participação de todos. Nota-se também que, embora a heterogeneidade das atividades agrícolas estejam evidentes, as necessidades dos trabalhadores rurais não se diferem em grande escala daquelas almejadas por quaisquer trabalhadores urbanos, ou seja, eles buscam por valorização, salários justos, melhores condições de trabalho e qualidade de vida, educação, saúde e, em última instância, o direito à vida e à felicidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos aspectos anteriormente analisados, percebe-se que a renda ainda se mantém como o principal gerador de modificações na vida dos trabalhadores rurais brasileiros,

⁸ Reportagem disponível em: <https://encurtador.com.br/MqKud>

⁹ Ver Carta Aberta em Defesa do IBGE e do Censo, publicada em: <http://www.abep.org.br/site/index.php/noticias/1921-carta-aberta-em-defesa-do-ibge-e-do-censo>

sendo um fator de “mão de dupla”. Conforme destacado, ela possibilita maior acesso à educação quando assegurada, o que garante a segurança e a qualidade das atividades laborais, além da busca e a obtenção de serviços ligados à saúde, que interferem diretamente na conservação e qualidade da vida humana.

Disso resulta a coexistência de diferentes realidades rurais, que se traduzem de formas únicas e constroem uma tapeçaria de contradições e desigualdades, observadas, por exemplo, por meio da comparação entre ocupações e renda das famílias rurais pluriativas e agrícolas (monoativas). Nota-se também a ameaça iminente aos poucos programas destinados aos trabalhadores rurais nos âmbitos da saúde e educação, a citar o corte de recursos ao PNA e a ineficiência dos programas de saúde física e da logística completa necessária para seu funcionamento, bem como a inexistência da atenção à saúde mental para esse grupo social.

A necessidade de políticas públicas que se adaptem a essas especificidades é urgente e precisa em todos os âmbitos da vida rural possibilitar o acesso dessas populações aos mecanismos interligados/estimuladores do desenvolvimento humano e social, assim como a continuidade dessas por meio da destinação de recursos. Os resultados demonstram que o país ainda está muito aquém das reais necessidades da sociedade rural brasileira e se torna cada vez mais necessário um maior investimento em pesquisa, formulação de dados e avaliação das políticas implementadas no meio rural brasileiro.

A soluções para esse cenário, desalentador em muitos aspectos, perpassam por uma mudança de prioridades e juízo de valor da sociedade brasileira e do seu poder público quanto a importância dessas populações. As mudanças precisam atuar de forma efetivamente democrática e tendo como finalidade a redução contundente das desigualdades sociais e econômicas a todos os cidadãos do país de maneira igualitária, não excludente ou focalizada em nichos específicos. Isso uma vez que as necessidades dos trabalhadores rurais não se distanciam daquelas almejadas por quaisquer trabalhadores urbanos, ou seja, busca por valorização, salários justos, melhores condições de trabalho e qualidade de vida, educação, saúde e, em última instância, o direito à vida e à felicidade.

REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. **As Relações Campo-Cidade no Brasil do Século XXI**. Revista Terra Livre v. 2, n. 21 (2003), p. 25-39.

ANTUNES, R. **Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?** Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho – São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008.

BALSADI, O. V. **Características do emprego rural no Estado de São Paulo nos anos 90**. Campinas, IE/Unicamp, 2000, 160p. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Mudanças no Meio Rural e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo em Perspectiva, 15(1) 2001.

BANCO MUNDIAL. **El Mercado Laboral Peruano Durante El Auge Y Caída**. Estudio de Pais del Banco Mundial, n. 50915. Perú, 2010.

BEZERRA NETO, L. **Avanços e retrocessos na educação rural no Brasil**. 221f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. **Introdução: Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável – Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira. vol. 9. Brasília: nov/2008. 513 p.

BRASIL. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). **Dados de emprego formal no Brasil em 2023**. Disponível em: <v>. Acesso em 22/06/2024, às 16h e 23min.

BRUMER, A. **Os rumos do mundo rural na América Latina no início do século XXI, num cenário de grandes transformações sociais, econômicas e políticas**. Apresentação, Dossiê – Sociologias, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul/dez 2003, p. 14-25.

CAMPOLINA, B.; SILVEIRA, F.G.; MAGALHÃES, L.C.G. de. **O mercado de trabalho rural: evolução recente, composição da renda e dimensão regional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2009. (Ipea. Texto para discussão, 1398).

CRUZ, N. B. **Efeitos das ocupações não agropecuárias sobre a renda e as horas de trabalho em zonas rurais do Brasil** (Dissertação de mestrado). Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Economia Rural, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2018

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DEL GROSSI, M.; GRAZIANO DA SILVA, J. **Mudanças recentes no mercado de trabalho rural**. Parcerias Estratégicas, n. 22. Edição Especial, Jun/2006.

DIEESE. **O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro**. Estudos e Pesquisas. N. 74, outubro/2014.

DIMENSTEIN, M. D. B., LEITE, J. F., MACEDO, J. P. S., DANTAS, C. M. B. **Condições de vida e saúde mental em contextos rurais**. São Paulo, SP: Intermeios. 2016.

DURÁN, C. R.; GARCÍA, N. E.; RUESGA, S. M. GROISMAN, F. [et. al.] **Século XXI: transformações e continuidades nas relações de trabalho**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho. Banco do Nordeste, USP, 2011.

ESPING-ANDERSEN G. **As três economias políticas do Welfare State**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. Sep (24):85-116. 1991.

FARIA, N. M. X; FACCHINI, L. A., FASSA, A. G., & TOMASI, E. **Estudo transversal sobre saúde mental de agricultores da Serra Gaúcha (Brasil)**. Revista de Saúde Pública, v. 33, p. 391-400, 1999.

_____. **Intoxicação por agrotóxicos no Brasil: os sistemas oficiais de informação e desafios para realização de estudos epidemiológicos**. Ciência & Saúde Coletiva, 12(1), 25-38. 2007

FLECK, C. F.; LUZIELLI, R. C.; VIANA, J. G. A.; MOREIRA, M. G. **As Relações de Trabalho no Meio Rural: uma análise da problemática no Rio Grande do Sul**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (UFV) ISSN 2359-5116 | V. 8 | N. 1 | JAN.-JUN. 2019.

FREYRE, M. L. **El problema del desempleo en Argentina y el surgimiento de los Planes de Empleo y sostenimiento de ingresos en la agenda pública**. Rev. Sociol. Polit., v. 22, n. 51, p. 35-54, set. 2014.

FURTADO, C. **Formação de Capital e Desenvolvimento Econômico**. Revista Brasileira de Economia”, dezembro. 1951.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. R. P. **Crescimento e Produtividade da Agricultura Brasileira de 1975 a 2016**. Nota Técnica IV, Carta de Conjuntura n. 38. IPEA, 2018.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia – UNICAMP. 1999. Revista de Economia Aplicada. FEA – USP, 1998. P.515-551.

GUERRA, S. C.; RIOS-NETO, E. L.G. **Mais do que nunca, o Censo é necessário.** In: Artigo publicado no Jornal O Globo. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30350-ibge-sai-em-defesa-do-orcamento-do-censo-2021>>. Acesso em 20/04/2021, às 15h e 58min.

HIRATUKA, C. **Mudanças na estratégia chinesa de desenvolvimento no período pós-crise global e impactos sobre a AL.** Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 339, maio 2018.

HERNÁNDEZ, P. F. **La negociación colectiva en México.** Desafíos y alcances. Fundación Friedrich Ebert: Ciudad de México, 2019. ISBN: 978-607-8642-19-9. 8

HOFFMANN, R. OLIVEIRA, F. C. R. **Evolução da remuneração das pessoas empregadas na cana-de-açúcar e em outras lavouras, no Brasil e em São Paulo.** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46, Rio Branco, 20-23 jul. 2008. Anais de Congresso – Rio Branco: Sober, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015/** IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. -Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) Anual 2023. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>>. Acesso em 25/06/2024, às 13h e 45min.

IPEA. **Brasil, o estado de uma nação: mercado de trabalho, emprego e informalidade.** Paulo Tafner, editor. – Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 533 p.: il.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e medida.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, 21(3), 379-408. 2004.

KRETER, A. C.; SOUZA JÚNIOR, J. R. C. **Economia Agrícola.** Carta de Conjuntura, n 46. IPEA, 1º trimestre 2020.

LEITE, J. F., DIMENSTEIN, M., MACEDO, J. P. S., DANTAS, C. B., SILVA, E. L., & DE SOUSA, A. P. **Condições de vida, saúde mental e gênero em contextos rurais: um estudo a partir de assentamentos de reforma agrária do Nordeste brasileiro.** Avances en Psicología Latinoamericana, 35(2), 301-316. 2017

LUTHER, A., GERHARDT, T. E. **O desenvolvimento rural nos discursos para a educação básica do campo.** Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, (33), 33-55. 2019

MANSO, C. A.; BARRETO, F. A. F. D.; FRANÇA, J. M. S. **Bem-Estar Social, Mercado de trabalho e o Desequilíbrio Regional Brasileiro.** Est. Econ., São Paulo, v. 40, n. 2, p. 401-443, abril-junho 2010.

MATTEI, L. **Emprego agrícola: cenários e tendências.** Estudos Avançados 29 (85), 2015.

MATTOSO, J. E.; BALTAR, P. E. A. **Transformações estruturais e emprego nos anos 90.** Campinas, SP: UNICAMP. IE. CESIT (Cadernos do CESIT, n. 21), 23p, 1996.

MEDEIROS, E. C. PRONERA. **Educação do campo e a formação técnico-profissional de jovens trabalhadores rurais no sudeste do Pará.** Tempos Históricos, 23(1), 629-662. 2019.

MÉNDEZ, R. **Crisis, desposesión y mercado de trabajo en España: impactos en la Región Metropolitana de Madrid.** Cad. Metrop., São Paulo, v. 19, n. 38, pp. 17-44, jan/abr 2017.

MENEGAT, R. P., FONTANA, R. T. **Condições de trabalho do trabalhador rural e sua interface com o risco de adoecimento.** Ciência, Cuidado e Saúde, 9(1), 52-59. 2010

MONTE, D.C.; LOPES, DA. B.; CONTINI, E. **China: nova potência também no agronegócio.** Rev. Política Agrícola, Ano XXVI – nº 3 – jul/ago/set 2017.

MOREIRA, J. P. D. L., OLIVEIRA, B. L. C. A. D., MUZI, C. D., CUNHA, C. L. F., BRITO, A. D. S., & LUIZ, R. R. **A saúde dos trabalhadores da atividade rural no Brasil.** Cadernos de Saúde Pública, 31, 1698-1708. 2015.

MORTATTI, M. D. R. L. A “**Política Nacional de Alfabetização**” (Brasil, 2019): uma “guinada” (ideo) metodológica para trás e pela direita. Revista Brasileira de Alfabetização, 1(10). 2019

NASCIMENTO, C. A; MENDES, S. R.; SOUTO, I. J. G; OLIVEIRA, R. G. **A Qualidade das Condições de Trabalho dos Empregados Rurais na Região Sul (2002 e 2005).** Apresentação Oral, XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008.

NAVARRO, Z. **Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.** Estudos Avançados 15 (43), 2001.

OBSERVATÓRIO DA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO E DO TRÁFICO DE PESSOAS. **Relatório Anual de Estatísticas de Trabalho Escravo no Brasil 2023.** Disponível em: <<https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimensao=perfilCasosTrabalhoEscravo>>. Acesso em 26/06/2024, às 20h e 03min.

OLIVEIRA, E. A. **A política pública de emprego entre a precarização desprotegida e a precarização protegida: um estudo comparativo entre Brasil e Itália.** Tese de Doutorado. UERJ, 2010. 361 f.

OLIVEIRA S.R, PICCININI V.C. **Mercado de trabalho: múltiplos (des) entendimentos.** Revista de Administração Pública. Oct;45(5):1517-38. 2011

OLIVEIRA, F. C. R. de. **Ocupação, emprego e remuneração na cana-de-açúcar e em outras atividades agropecuárias no Brasil: de 1992 a 2007.** 2009. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2009

OLIVEIRA, T. E. G. **Mercado de trabalho brasileiro: um olhar sobre a reforma trabalhista e tendências à precarização laboral.** Monografia. UFRPE, 2019. 67 f.: il.

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação.** Boitempo Editorial, 2015.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano.** PNUD,2002.

RAMALHO, J. R.; OLIVEIRA, R. V. **A atualidade do debate sobre trabalho e desenvolvimento.** CADERNO CRH, Salvador, v. 26, n. 68, p. 211-215, maio/ago. 2013.

ROSENFELD C.L, PAULI J. **Para além da dicotomia entre trabalho decente e trabalho digno: reconhecimento e direitos humanos.** Caderno CRH. Aug;25(65):319-29. 2012.

SAKAMOTO, C. S., NASCIMENTO, C. A., & MAIA, A. G. **As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda.** Revista de Economia e Sociologia Rural, 54(3), 561-582. 2016.

SAMPAIO, Y.; FERREIRA IRMÃO, J. **Emprego e pobreza rural.** Recife, 1977 – 166 p. (Série Pesquisas 7).

SANTOS, J. M.; RODRIGUES, C. P. B. **Avaliando a qualidade do emprego na agropecuária brasileira: uma abordagem regional recente.** Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, v. 17, n. 31, p. 9-19, jan./jun. 2015

- SANTOS, G. C.; FONTES, R. M. O.; BASTOS, P. M. A. LIMA, J. E. **Mercado de trabalho e rendimento no meio rural brasileiro**. Economia Aplicada, v. 14, n. 3, 2010, pp. 355-379.
- SCHNEIDER, Sérgio. Agricultura familiar e pluriatividade. (tese de Doutorado). Porto Alegre, 1999.
- SCHNEIDER, S., CONTERATO, M.A., KOPPE, L.R. AND SILVA, C.D. **A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul**. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp.137-164. 2006
- SCHUMPETER, J. A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Abril S.A Cultural, São Paulo, 1982. – 2ª edição, 1985.
- SEN, AMARTYA. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta.; Revisão técnica. Ricardo Doninelli Mendes. 8ª reimpressão. Companhia das Letras: São Paulo, 1999.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.
- SILVA O. M, PANHOCA L. **A contribuição da vulnerabilidade na determinação do índice de desenvolvimento humano**: estudando o estado de Santa Catarina. Ciência & Saúde Coletiva. Oct;12(5):1209-19. 2007.
- SILVA, L. V., ULLER, C. M., SANTOS, J. D., REZENDE, F. A. **Análise da motivação de pessoas**: um estudo baseado em princípios da Hierarquia de Necessidades de Maslow. Rev. Foco, v.10, n.2, 2017.
- SILVEIRA, F. G.; ARRUDA, P.; VIEIRA, I.; BATTESTIN, S.; CAMPOS, A. E.; SILVA, W. **Public policies for rural development and combating poverty in rural areas. IPC-IG Working Paper n. 142, maio/2016**
- SIQUEIRA M. M, PADOVAM V. A. **Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho**. Psicologia: teoria e pesquisa. Jun;24(2):201-9. 2008
- SOARES, P. R. B. **Os Grandes Números da Evolução e Situação Atual do Trabalho na Agropecuária**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável – Emprego e Trabalho na Agricultura Brasileira. vol. 9. Brasília: nov/2008. 513 p.
- SOUZA, C. M. D. **Discursos intolerantes**: o lugar da política na educação rural e a representação do camponês analfabeto. Histórica–Revista On-Line do Arquivo do Estado de São Paulo. 2010
- STADUTO, J. A. R.; KRETER, A. C. **A questão agrária e o mercado de trabalho rural no Brasil**. Informe Gepec, Toledo, v. 18, n. 1, p. 177-192, jan./jun. 2014.
- TEIXEIRA, J. C. MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL: IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 2, p. 21-42, 1 set. 2005.
- TODARO, M. P.; SMITH, S. C. **Economic Development**. 12th. Pearson, 2015 – 891 p.
- VALADARES, A.; GAZILA, M.; OLIVEIRA, T. **A reforma trabalhista e o trabalho no campo**. Rev. Política em Foco – Mercado de Trabalho. n. 63. Out, 2017.
- VEIGA, J. E. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**. Estudos Avançados v. 15 (43), 2001.

Recebido em: 14/06/2022

Aceito para publicação em: 24/07/2024